

Condition humaine / conditions politiques
Revue internationale d'anthropologie du politique

Chamada de artigos para o dossiê

***As «categorias da emancipação» à luz da antropologia
feminista e queer***

Pelo coletivo AFQ¹: anthropologiefeministequeer@proton.me

Este número tem como objetivo refletir sobre os desafios contemporâneos da antropologia feminista, situados na intersecção entre tensões internas e externas à disciplina, atravessados pelas disputas em torno de «categorias da emancipação».

A antropologia caracteriza-se tanto por uma tendência para a classificação e categorização das «culturas» e dos grupos sociais, como por uma crítica a essas classificações e aos seus efeitos hierarquizantes. Disciplina de campo, engajada e política, foi-se construindo progressivamente a partir de críticas provenientes das suas próprias tradições e das suas margens, tendo passado por inúmeras transformações. Nos anos 1960-1970, sob o efeito dos movimentos de libertação das mulheres, surgiu uma antropologia feminista, marcada pela publicação de duas obras coletivas que se tornaram fundamentais (Rosaldo e Lamphere, 1974; Reiter, 1975). Verdadeira ruptura política e epistemológica, a antropologia feminista já não visa apenas incluir as mulheres na análise, mas sim reconfigurar as próprias categorias a partir das quais a sociedade é descrita e comparada (Lewin, 2006). Em outras palavras, a crítica feminista não se concentra apenas no conteúdo empírico das investigações, mas nas condições de produção do conhecimento antropológico (Strathern, 1987). A exigência de reflexividade transforma a disciplina de forma duradoura: obriga a pensar as categorias do

¹ O coletivo AFQ é composto por: Elias Caillaud (EHESS-LAP), Flavia De Faria (LCSP UPC-LAP), Alessandra Fiorentini (LAP), Michela Fusaschi (Univ. Roma III-LAP), Anne Kawala (EHESS-CESPRA), Priscilla Lipari (Universidade La Sapienza-Roma), Anne Monjaret (CNRS-LAP), Marta Panighel (Universidade de Turim), Gianfranco Rebucini (CNRS-LAP), Myo Sett Paing (EHESS-CASE), Morgane Tocco (LAP), Valentina Vergottini (UCLouvain, LAAP IACCHOS).

conhecimento em articulação com as relações sociais e de situar o próprio olhar antropológico.

O comprometimento e os trabalhos das antropólogas feministas dessa época (Rubin, 1975; Mathieu, 1991) permitem reler a etnografia sob uma nova perspectiva. Mostram que certas vozes, predominantemente as das mulheres, são estruturalmente «silenciadas» nos dispositivos de representação acadêmica. Ao contestarem as análises dos antropólogos homens, nas quais as mulheres aparecem, na melhor das hipóteses, como uma particularidade social ou uma esfera específica que convém acrescentar a uma leitura geral, as antropólogas feministas afirmam que elas devem, pelo contrário, ser reconhecidas como sujeitos constitutivos da ordem social. O androcentrismo não reside, portanto, apenas na ausência das mulheres, mas na própria construção do que é considerado central ou periférico.

A partir da década de 1990, a emergência das lutas queer trouxe novos debates para o campo da antropologia (Boellstorff, 2007). Ao desconstruir a estabilidade das identidades sexuais, evidenciar a variabilidade das configurações de gênero e questionar a naturalização da binaridade das categorias de gênero, essas lutas prolongam e aprofundam alguns avanços da análise das relações sociais de sexo desenvolvida pela antropologia feminista (Rubin, 1984; Blackwood, 2010; Weiss, 2016). As alianças entre subjetividades marginalizadas (Cohen, 1997) e a crítica às categorias gay, lésbica e trans conduziram, por outro lado, ao deslocamento, ou mesmo à contestação, da centralidade do sujeito «mulher» como fundamento político (Butler, [1990] 2006).

Paralelamente, as críticas pós-coloniais e descoloniais, bem como o feminismo negro (McClaurin, 2025; Ebron, 2006), questionaram profundamente as pretensões universalistas do feminismo hegemônico, colocando em evidência as suas raízes históricas euro-atlânticas e brancas, bem como os seus efeitos normativos nas circulações globais do conhecimento (Mohanty, 1988). Na obra *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*, Oyèrónké Oyěwùmí destaca os significados endógenos das categorias de gênero e analisa as formas através das quais a colonização impôs uma perspectiva ocidental às relações sociais, particularmente através das binaridades homem/mulher e marido/esposa, na sociedade yorùbá do sudoeste da Nigéria (Oyěwùmí, 1997).

Na sequência destas críticas, os feminismos comunitários (Paredes, 2010) propõem uma reorientação analítica, destacando formas de organização política do gênero enraizadas em cosmologias indígenas e reafirmando o caráter situado, relacional e não universal das categorias que estruturam a vida social.

Nesta perspectiva, as perturbações categóricas abrem caminho a recomposições teóricas decorrentes de experiências periféricas. O conceito de «amefricanidade» (Gonzalez, 1988) dá conta dos processos históricos de memória, resistência e subjetivação próprios das populações afrodescendentes das Américas, enquanto a noção de «condição fronteiriça» (Anzaldúa, [1987] 2022) salienta as experiências de liminaridade e de conflituosidade próprias de territórios marcados pela violência colonial, patriarcal e racial. Neste contexto, Rita Segato (2008) demonstra que estas violências se revelam como uma manifestação extrema de relações de poder simultaneamente territorializadas e de gênero, e que se inscrevem de forma brutal nos corpos das mulheres em Ciudad Juárez, no México, na fronteira com os Estados Unidos.

Assim, a antropologia feminista, alimentada pelas perspectivas queer, pós-coloniais e descoloniais, constitui-se como um campo atravessado por debates metodológicos e teóricos onde se entrelaçam a crítica ao androcentrismo, a conceptualização sistémica das relações sexo/gênero (Rubin, 1975), a análise dos sistemas de desigualdades, a crítica ao determinismo, o descentramento epistemológico e o questionamento das circulações transnacionais.

Se a antropologia feminista se constituiu através dessas mudanças sucessivas, encontra-se hoje confrontada com novas tensões que reconfiguram os seus desafios e que este número pretende abordar. As transformações contemporâneas das políticas de sexo e de gênero, a ascensão de discursos reacionários e anti-gênero, a globalização dos referenciais feministas e queer, bem como as críticas pós-coloniais e descoloniais, obrigam a repensar as próprias categorias que estruturaram os debates metodológicos e teóricos das últimas décadas.

Trata-se, assim, de examinar como as categorias elaboradas nos debates teóricos, acadêmicos e militantes – gênero, relações sociais de sexo, emancipação, *agency*, dominação, subjetivação, transgressão, subversão, etc. – que designaremos pelo termo «categorias da emancipação», circulam hoje, se transformam, traduzem, se endurecem ou se recompõem em contacto com outros espaços sociais e políticos. Em outras palavras, trata-se de compreender como estas noções são apropriadas, contestadas ou redefinidas em contextos específicos, e como entram em tensão com outros registos ou com novas formas de contestação.

É neste contexto de circulações, contestações e desvios das categorias da emancipação feminista e queer que este número se propõe a explorar, a partir de investigações etnográficas, três configurações de tensões que atravessam atualmente a antropologia feminista e o campo feminista de forma mais ampla.

1. Apropriações reacionárias das «categorias da emancipação»

As categorias decorrentes das lutas feministas e queer – igualdade, direitos das mulheres, autonomia, libertação sexual – são alvo de circulações e reapropriações inesperadas. Em muitos contextos, são mobilizadas por atores políticos ou institucionais que as redefinem segundo lógicas nacionalistas, autoritárias ou reacionárias.

Os trabalhos dedicados aos femonacionalismos (Farris, 2017; Della Sudda, 2022), ao homonacionalismo (Puar, [2007] 2025) ou ao imperialismo sexual (Massad, 2007) demonstraram como Estados ou movimentos políticos mobilizam os direitos das mulheres ou das minorias sexuais para legitimar políticas racistas, de segurança ou imperiais (Abu-Lughod, [2013] 2023). Paralelamente, as mobilizações anti-gênero (Butler, 2024), os discursos masculinistas ou certas formas contemporâneas de transfobia «feminista», *TERF* ou *gender critical* (Fusaschi, 2025), reinterpretem as categorias da emancipação, voltando-as contra os próprios movimentos feministas e LGBTQI+.

Esta linha de investigação propõe abordar empiricamente estas dinâmicas de apropriação e desvio. De que forma as categorias da emancipação feminista e queer são mobilizadas em projetos políticos que transformam profundamente o seu significado? Como é que os atores reacionários se reapropriam delas para redefinir as fronteiras da nação, da família ou da ordem social?

As contribuições esperadas deverão analisar, com base em investigações etnográficas contextualizadas, como estes processos se materializam em contextos concretos: circulações discursivas, reinterpretações políticas, recomposições de alianças e conflitos em torno da própria definição de emancipação.

2. Contestações e críticas situadas às «categorias da emancipação»

As categorias da emancipação feminista e queer não são apenas deturpadas por atores reacionários; são também contestadas ou reinterpretadas em contextos sociais e políticos específicos (Mahmood, 2005; Lugones, 2010). Em muitas situações, mulheres e movimentos recusam-se a reivindicar o feminismo ou uma categorização das lutas das minorias sexuais e de gênero, não por rejeição da igualdade ou da autonomia, mas para criticar o que percebem como a centralidade do Ocidente em certas formulações do feminismo e do queer (Mohanty, 2003; Blackwood, 1996; Oyěwùmí, 1997).

Este eixo convida a refletir sobre a forma como as categorias da emancipação feminista e queer circulam, se traduzem e se transformam em contextos marcados por histórias coloniais e pós-coloniais, por diversas tradições religiosas ou por configurações políticas específicas.

De que forma certas mobilizações ou configurações sociais articulam reivindicações de igualdade e referenciais morais, religiosos ou comunitários sem adotarem necessariamente o vocabulário do feminismo hegemônico (Kocadost, 2025; Masson, 2006)? De que forma as lutas contra a violência sexual redefinem as noções de corpo, dignidade, respeitabilidade ou autonomia? De que forma as críticas à importação – suposta ou não – de categorias eurocêtricas contribuem para reformular os debates sobre gênero, sexualidade e as respectivas categorias?

As propostas esperadas deverão analisar, com base em investigações etnográficas, as discrepâncias entre as normas globalizadas de emancipação sexual e de gênero e as práticas locais, bem como os processos através dos quais as categorias feministas e queer são apropriadas, transformadas ou contestadas.

3. As tensões em torno das «categorias de emancipação»: reflexividade, método, compromisso

Este terceiro eixo convida à adoção de posturas mais reflexivas, a fim de refletir sobre as relações que as/os antropólogas/os mantêm com os seus campos de estudo quando as categorias de emancipação feminista e queer são ou reapropriadas para fins reacionários, ou contestadas em nome de uma crítica ao seu ocidentalocentrismo (Mohanty, 1988; Abu-Lughod, 2002 e [1991] 2020; Weiss, 2011). Trata-se de questionar a posição da/o antropóloga/o feminista e/ou queer face às circulações, evoluções e derivações contemporâneas dos conceitos de gênero, emancipação, *agency*, dominação, subjetivação, etc.

Como articular as tensões internas à disciplina e as tensões externas que atravessam as categorias de emancipação feminista? Como aplicar as epistemologias feministas a contextos reacionários? Como reconstituir teoricamente os fenômenos estudados, evitando simultaneamente a imposição de um universalismo abstrato e o recuo culturalista? Quais são os efeitos epistemológicos destas descentrações: obrigam as investigações antropológicas a «provincializar» certas categorias sem, por isso, renunciar a toda a perspectiva crítica?

Ao colocar no centro a análise das circulações, contestações e desvios contemporâneos das categorias da emancipação, este número pretende contribuir para uma reflexão antropológica renovada sobre as transformações atuais do campo feminista e sobre as tensões que hoje atravessam a antropologia feminista e queer.

Orientações

Este número dará prioridade a contribuições numa das línguas da revista (francês, inglês, espanhol, italiano ou português):

- baseadas em campos de investigação etnográficos claramente identificáveis;
- que articulem explicitamente a sua investigação com as recomposições entre feminismo, queer, pós-colonialismo e descolonialismo;
- atentas aos efeitos da tradução, da circulação, do conflito e da geração;
- evitando sínteses puramente teóricas e/ou panorâmicas.

O objetivo é refletir empiricamente sobre o que se torna hoje a antropologia feminista e queer face às transformações contemporâneas dos regimes de poder.

Modalidades de submissão

As/os autoras/res são convidadas/os a enviar: um resumo de cerca de 3 000 caracteres, especificando o estudo de campo, a metodologia e a argumentação, em formato Word ou LibreOffice, acompanhado de uma breve bibliografia;

- uma biografia sucinta da/o autor/a, com um máximo de 150 palavras.

As propostas de contribuição devem incluir o nome do autor ou autora, a sua afiliação profissional e o seu endereço de correio eletrónico. Devem ser enviadas para redaction.ch-cp@ehess.fr e para anthropologiefeministequeer@proton.me, com o assunto « **CH/CP – Antropologia feminista e queer** » até **15 de setembro de 2026**. Receberão uma resposta no dia **1 de outubro de 2026**.

Os artigos completos, com 25 000 a 40 000 caracteres, incluindo notas de rodapé e bibliografia, deverão ser originais e inéditos, redigidos de acordo com as normas da revista indicadas no seu site, e acompanhados de um resumo de 3 000 caracteres em francês e em inglês, além daquele no idioma do artigo, caso este seja diferente. Devem ser entregues até **22 de janeiro de 2027**.

O processo está, portanto, organizado em duas fases. Em colaboração com o comitê de redação, os coordenadores e coordenadoras procederão a uma seleção das propostas de contribuição com base nos resumos recebidos. As contribuições selecionadas serão posteriormente avaliadas através de um processo de avaliação duplo-cega por pares.

Calendário

- Recepção dos resumos das contribuições: 15 de setembro de 2026
- Resposta: 1 de outubro de 2026
- Entrega dos artigos: 22 de janeiro de 2027

BIBLIOGRAFIA:

ABU-LUGHOD Lila, «Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others», *American Anthropologist*, 104, n°3, 2002, pp. 783-790.

— «Writing against culture», in Richard G. Fox (dir.), *Recapturing Anthropology: Working in the Present*, School of American Research Press, Santa Fe, 1991, pp. 137-162.

— *Do Muslim Women Need Saving?*, Cambridge (Massachusetts) & London, Harvard University Press, 2013.

ANZALDÚA Gloria, *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, San Francisco, Aunt Lute Books, 1987.

BOELLSTORFF Tom, «Queer studies in the house of anthropology », *Annual Review of Anthropology*, 36, 2007, pp.17-35.

BLACKWOOD Evelyn, «Falling in Love with an-Other Lesbian: Reflections on Identity in Fieldwork» in LEWIN Ellen & LEAP William (dir.), *Out in the Field: Reflections of Lesbian and Gay Anthropologists*, Urbana, University of Illinois Press, 1996, pp. 51-75.

— *Falling into the Lesbi World: Desire and Difference in Indonesia*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 2010.

BUTLER Judith, *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, New York, Routledge, 1990.

— *Who's Afraid of Gender?* New York, Farrar, Straus and Giroux, 2024.

COHEN Cathy, «Punk, BullDaggers, and Welfare Queens. The Radical Potential of Queer Politics?», *GLQ*, Vol. 3, 1997, pp. 437-465.

DELLA SUDDA Magali, *Les nouvelles «femmes de droite»*, Marseille, Hors d'Atteinte, coll. Faits & Idées, 2022.

FARRIS Sara, *In the Name of Women's Rights. The Rise of Femonationalism*, Durham, Duke University Press, 2017.

FUSASCHI Michela, «L'antropologia femminista nella tormenta. Perché il genere rimane una categoria analitica necessaria», *Condition humaine / Conditions politiques* [En ligne], 6, 2025.

EBRON Paulla A., «Contingent Stories: Anthropology, Race, and Feminism» IN Lewin, Ellen (dir.), *Feminist Anthropology*, Blackwell Publishing, 2006, pp. 203-215.

GONZALEZ Lélia, «A categoria político-cultural de amefricanidade», *Tempo Brasileiro*, n° 92-93, 1988.

KOCADOST Fatma Çingi, *La promesse qu'on nous a faite*, Paris, Éditions de l'EHESS, 2025.

LEWIN Ellen (ed.), *Feminist anthropology: a reader*, Malden, Blackwell, 2006.

LUGONES María. «Toward a Decolonial Feminism», *Hypatia*, 25 (4), 2010, pp. 742–59.

MAHMOOD Saba, *Politics of Piety. The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton, Princeton University Press, 2005.

MASSAD Joseph, *Desiring Arabs*, Chicago, University of Chicago Press, 2007.

MASSON Sabine, «Sexe/genre, classe, race : décoloniser le féminisme dans un contexte mondialisé Réflexions à partir de la lutte des femmes indiennes au Chiapas». *Nouvelles Questions Féministes*, 25(3), 2006, pp. 56-75.

MATHIEU Nicole-Claude, *L'anatomie politique : catégorisations et idéologies du sexe*, Paris, Côté-femmes, 1991.

McCLAURIN Irma (ed.), *Black Feminist Anthropology, 25th Anniversary Edition: Theory, Politics, Praxis, and Poetics*, Ithaca, NY, Rutgers University Press, 2025.

MOHANTY Chandra Talpade, «Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses», *Feminist Review*, 30, 1988, pp. 61-88.

— *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*, Durham, Duke University Press, 2003.

OYĚWÙMÍ Oyèrónké, *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Discourses*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.

PAREDES Julieta, *Hilando fino desde el feminismo comunitario*, La Paz, Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PUAR Jasbir, *Terrorist Assemblages. Homonationalism in Queer Times*, Durham, Duke University Press, 2007.

REITER Rayna R. (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York and London, Monthly Review Press, 1975.

ROSALDO Michel Z., LAMPHERE Louise (eds.), *Woman, Culture and Society*, Stanford, Stanford University Press, 1974.

RUBIN Gayle, «The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex», in REITER Rayna, (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York and London, Monthly Review Press, 1975, pp.157-210.

— «Thinking sex: notes for a radical theory on the politics of sexuality», in VANCE Carol, *Pleasure and danger: exploring female sexuality*, Boston, Routledge, 1984, pp. 267-319.

SEGATO Rita Laura, «La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Cd. Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado», *Debate feminista*, 37, 2008, pp. 78–102.

— *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda*, Buenos Aires, Prometeo, 2013.

STRATHERN Marilyne, «An Awkward Relationship: The Case of Feminism and Anthropology», *Signs*, Vol. 12, n°2, 1987, pp. 276-292.

WEISS Margot, «The Epistemology of Ethnography: Method in Queer Anthropology», *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 17 (4), 2011, pp. 649–664.

— «Discipline and Desire: Feminist Politics, Queer Studies, and New Queer Anthropology», in LEWIN Ellen & SILVERSTEIN Leni M. (eds.), *Mapping feminist anthropology in the twenty-first century* New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 2016, pp.168-87.